ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO

Aos dezenove dias do mês de dezembro de dois mil e doze, quarta-feira, no Auditório C do Mezanino – Edifício Cidade I – Rua Boa Vista, 170, Centro – Cidade de São Paulo reuniram-se os membros titulares e suplentes do Conselho Estadual de Habitação de São Paulo: Silvio Torres (Secretário Estadual da Habitação e Presidente do Conselho Estadual da Habitação - CEH), Marcos Rodrigues Penido (Secretário Adjunto da Habitação e suplente do Presidente do CEH), Antônio José de Araújo (SAM), Amauri Pollachi (SSRH), João Claudio Robusti (Sinduscon), Jose Roberto M. de Carvalho (FECAP5), José Valdeci Evangelista (FIMAPROM), Luiz Roberto dos Santos (STM), Marco Antônio Alves Jorge (COOPERTETO), Maria Claudia P. de Souza (CDHU), Moises Baum (SPDR), Ricardo Pereira Leite (SEHAB), Sidnei Antônio Pita (UMM-SP), Silda de Bastos Onoda (Ass. Moradores Jardim Vivan), Silvio Vasconcellos (CDHU), Sonia Aparecida Teixeira (Ass. Nova Jerusalém), Eduardo Trani (Secretário Executivo do Conselho) e Mônica Bartié Rossi (Apoio Executivo), para a realização da 6ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Habitação. Também estavam presentes na mesa: Antonio Carlos Amaral Filho (Presidente da CDHU), Américo Calandriello Junior (Diretor de Planejamento e Fomento - CDHU), Guaracy Fontes Monteira Filho (Diretor de Atendimento Habitacional - CDHU), Guilherme Ribeiro (Chefe de Gabinete da Presidência da CDHU), Lacir Ferreira Baldusco (Assessor de Planejamento da Secretaria da Habitação - SH), José Milton Dallari Soares (Diretor Administrativo Financeiro - CDHU), Reinaldo Iapequino (Subsecretário da Agência Paulista de Habitação Social – Casa Paulista). Instalada a sessão, às 14h55min, Silvio Torres dá início a Reunião. O Presidente menciona a importância da instauração do CEH e de suas conquistas e agradece a todos pela atuação. Presta homenagem ao Conselheiro José Gregório Neto, falecido recentemente. Agradece a participação do atual Secretário Municipal de Habitação de São Paulo Ricardo Pereira Leite, destaca suas contribuições e a importância das parcerias entre o Município e o Estado, mencionando que tal parceria avançou muito nos últimos anos ao buscar atender objetivos coletivos. Na sequência, Eduardo Trani expõe a Pauta da 6ª Reunião Ordinária do CEH e dá início ao **2º item da Pauta**: a aprovação da Ata Anterior – 1ª Reunião Extraordinária do CEH -, colocando-a em votação e sendo aprovada sem nenhuma manifestação. Em seguida, passa ao **3º item da Pauta** – apresentação do Balanço da Gestão 2011 e 2012 da Secretaria da Habitação/Casa Paulista e CDHU. Antes de iniciar a apresentação Rosalvo Salgueiro questiona sobre o procedimento para a efetivação de Antônio José de Araújo (SAM), suplente do falecido José Gregório Neto, para assumir a vaga de titular e a indicação do Sr. Salgueiro como suplente de Antônio José de Araújo. O Presidente do CEH esclarece que tal solicitação deverá ser feita por escrito e aprovada na próxima reunião do CEH, não havendo nesta reunião, imposições para que o Sr. Salgueiro participe como ouvinte. Silvio Torres retorna para o 3º item da Pauta e desculpa-se, por antecipação, pela sua retirada às 16h devido uma reunião pré-agendada. Eduardo Trani inicia a apresentação com as ações da Secretaria da Habitação. Expõe os dados do Programa Especial de Melhorias (PEM) demonstrando o número de convênios firmados com munícipios, assim como, o valor que se somou no ano de 2011. Esclarece que o objetivo do PEM é apoiar os municípios do Estado nas obras de complementação de urbanizações e que, se for de interesse, é possível enviar uma lista de todos os municípios conveniados no Programa. Ao apresentar

o segundo Programa, Cidade Legal, faz alusão ao seu gestor, Gabriel Veiga, presente na Reunião. O Programa tem convênios firmados com 430 municípios e busca a regularização de lotes. Eduardo Trani apresenta os números de lotes urbanizados, assim como, a população e quantidade de núcleos beneficiados. Em seguida, passa a palavra para Reinaldo Iapequino apresentar as ações da Casa Paulista, **5º item da Pauta**. Reinaldo Iapequino inicia a apresentação do Programa de Parcerias com a Caixa Econômica Federal e com o Banco do Brasil lançado efetivamente no dia 12 de janeiro de 2012, no Palácio do Governo, com a Presidente Dilma Rousseff e o Governador Geraldo Alckmin, conforme relata aos presentes. Explica que, até junho do mesmo ano, o programa passou por uma fase de estruturação das operações jurídicas e orçamentárias, firmando os acordos com o Governo Federal. Em 29 de junho de 2012 foi assinado o primeiro contrato do Programa Minha Casa Minha Vida – FAR, em Santo André – SP e, a partir de então, iniciaram-se outros contratos. Adiante, reforça a importância da parceria com o Governo Federal e a impossibilidade de efetuar os projetos sem as parcerias firmadas. Apresenta os números de projetos a serem contratados e efetivamente contratados, nos Programas Minha Casa Minha Vida – FAR e Minha Casa Minha Vida – Entidades com a Caixa Econômica e com o Banco do Brasil. A maioria dos projetos está localizada nas Regiões Metropolitanas, em conformidade com a intenção inicial do Programa. Há uma pequena parte dos projetos que se localiza fora das Regiões Metropolitanas, mas somente em cidades grandes. Reinaldo Iapequino destaca uma característica do Programa: o início das obras ocorre, no máximo em 30 dias após a contratação, com exceção a alguns projetos de entidades, onde a operação é iniciada com a aquisição do terreno, agilizando a conclusão do projeto. Prossegue com a apresentação do Programa de Desenvolvimento Urbano - PDU, relacionado aos programas de habitação de interesse social. Relata o número de obras iniciadas e de famílias atendidas, assim como os benefícios sociais que os municípios de Iperó e Pereira Barreto obtiveram com os projetos implementados. Os projetos são de desenvolvimento urbano e estão vinculados à Regularização Fundiária. Descreve o Programa Lotes Urbanizados: expõe a quantidade de convênios assinados para o Programa Lotes Próprios e menciona a parceria que vem se criando com agentes econômicos, que irá operar a partir de janeiro. Silvio Torres acrescenta detalhes ao funcionamento do Programa. Reinaldo Iapequino prossegue com a apresentação do Programa de Microcrédito – Banco do Povo, em parceria com a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, operado pelos agentes Banco do Povo, junto com o Banco do Brasil e com o aporte de recursos da Casa Paulista. A operação ainda é individual e acontece somente com os mutuários da CDHU. Apresenta o Programa Servidor Público Estadual, destacando que o Programa não atingiu o desenvolvimento esperado devido aos sistemas da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, que não estavam adaptados a aceitar as propostas dos servidores de imóveis na planta. Desde dezembro de 2012 os sistemas estão adaptados e os dois Bancos Federais começaram a receber as propostas. Por fim, descreve o Programa de Parcerias Público-Privadas (PPP): um programa do Governo do Estado para o estabelecimento de grandes projetos que a Secretaria da Habitação aderiu. Relata que o Secretário da Habitação, Silvio Torres, aprovou no Conselho Gestor das PPPs, a construção de unidades habitacionais com início nas áreas centrais. Reinaldo Iapequino apresenta o cronograma das construções destas unidades. Em seguida, Eduardo Trani inicia a apresentação do balanço da CDHU de 2012. Aborda o balanço econômico da

Companhia demonstrando a sua execução orçamentária, ressaltando o aumento da arrecadação da Carteira de Mutuários e a diminuição da taxa de inadimplência. Demonstra o desempenho da produção, expondo os números de convênios firmados com municípios e a quantidade de unidades habitacionais construídas, a quantidade de famílias atendidas, o número de atendimentos em urbanização de favelas, o número de cartas de crédito concedidas e de unidades em obras. Apresenta o número de unidades habitacionais em contratação sem OIS, unidades em projeto e em viabilidade de terras. Finaliza a apresentação da quantidade de Auxílio Moradia – AM e Auxílio Moradia Emergencial – AME concedidos, as obras de regularização e de melhorias dos conjuntos habitacionais. Ressalta que a grande novidade de 2012 foi o aumento de obras novas em canteiro, com unidades regulares e a melhoria do padrão construtivo e da infraestrutura. Prossegue, relatando sobre a elaboração do Relatório de Sustentabilidade – GRI 2011 que ainda não saiu do prelo, mas que sairá nas próximas semanas e que será entregue a todos os Conselheiros. Destaca que a este Relatório foi concedido um selo incremental de aprovação. Apresenta o balanço das ações estratégicas da CDHU: Regularização de Conjuntos Habitacionais, os Programas de Parcerias a Obras Públicas – Metrô, CPTM, DAEE, DERSA, as parceiras com municípios para obras de urbanização de favelas e atendimentos à sub-habitação – ressaltando as ações em São Paulo e São Bernardo do Campo - e os investimentos no Programa Serra do Mar, a partir da estratégia de ação do novo Programa. A última parte do balanço da CDHU, apresentada por Eduardo Trani, foi o Desempenho Social. Inicia apresentando os projetos sociais do Pantanal, Serra do Mar e Hortolândia. Ressalta a importância dos projetos que abrangem as áreas de comunicação social, de pintura de favelas e de reciclagem, entre outros. Expõe o desempenho social na Capacitação dos Municípios, fomento à organização social, assistência técnica aos municípios e ações de concessões de subsídios habitacionais. Ao apresentar as Atividades Condominiais, ressalta que houve novas parcerias da Diretoria de Atendimento Social para incrementar as ações do pós-ocupação e da gestão condominial e os resultados de tais ações são a redução do comércio informal, a capacitação e a consolidação de novas parcerias para os projetos sociais, tendo como resultados diretos a redução do índice de inadimplência, a melhoria na satisfação do mutuário e expressiva diminuição das taxas condominiais. Ao terminar o balanço da CDHU de 2012, Eduardo Trani passa para o **4ª item da Pauta**: Proposta Orçamentária de 2013 e expõe o Projeto de Lei 589 de 2012 que está em tramitação na Câmara, apresenta o orçamento do Governo do Estado de São Paulo para o ano de 2013 para SH e a CDHU. Ressalta que, embora a exposição tenha sido demasiada rápida seria possível esclarecer as dúvidas e que, em breve o material seria disponibilizado no *website* do CEH. Eduardo Trani passa a palavra ao Presidente do Conselho, ressalta que o Plano Estadual de Habitação (PEH – SP), com suas correções e ajustes realizados ao longo de 2012, será disponibilizado para todos os Conselheiros, agradece o trabalho do CEH também em nome do Governador Geraldo Alckmin; ressalta a participação de dois parceiros fundamentais na Reunião: as entidades dos movimentos sociais, frisando o avanço da relação que o Governo do Estado vem criando com as mesmas, e as entidades empresariais. Agradece a cooperação e a adesão aos projetos de habitação de interesse social. Por fim, agradece as parcerias das COHABs e das Prefeituras e despede-se dos Conselheiros retirando-se da Reunião. Eduardo Trani dá continuidade à Reunião, apresentando os representantes da SH/CDHU que compõem a mesa. Concede a

palavra aos Conselheiros iniciando as inscrições para manifestações e perguntas. Propõe uma rodada de perguntas dos Conselheiros e posteriormente respostas e manifestações da mesa. O primeiro Conselheiro a se manifestar, Marco Antônio Alves Jorge "KIM" (COOPERTETO), se apresenta e expõe dúvidas sobre os seguintes assuntos: Conferência Estadual das Cidades - solicita apoio da SH, por parte do Governo do Estado de São Paulo, para realização da convocação da 5ª Conferência das Cidades, que irá acontecer em "meados" do ano de 2013; Programa Minha Casa Minha Vida - questiona se foi firmado um convênio especifico para atendimento às entidades e habitação rural no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida e qual o valor que está previsto; por fim, fala sobre o processo de aprovação do Plano Estadual de Habitação - PEH-SP. Em seguida, Sidnei Antônio Eusébio Pita (UMM) reitera a necessidade da convocação da Conferência Estadual das Cidades, lembrando que a data para a realização da convocação por parte do Governo do Estado é até 31 de dezembro de 2012, esclarecendo que a sociedade civil convocou a reunião para não perder o prazo, porém ainda aguarda a convocação por parte do Governo. O terceiro Conselheiro, José Roberto M. de Carvalho (FECAP5), solicita esclarecimentos quanto ao critério a ser adotado para seleção das entidades que serão beneficiadas com Unidades Habitacionais - UHs na área central, por meio da Parceria Público-Privada -PPP. Destaca que na apresentação, somente estão indicadas UHs para atendimentos prioritários em áreas de risco, favelas e cortiços, e questiona a ausência de critérios para as entidades associativas que lutam por moradia; questiona ainda, quais as entidades que foram atendidas pela parceria SH/Agência Paulista com o Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades e de que forma; e por fim, a demora na análise de terrenos das entidades por parte da CDHU. Seguindo a ordem dos questionamentos, Eduardo Trani passa a palavra à Rosalvo Salgueiro (Conselheiro do CGFPHIS) que retoma o tema da Conferência das Cidades, o fato da sociedade civil ter convocado a Conferência e quem representa a sociedade civil para tal. Ressalta a importância dos movimentos sociais e do Governo do Estado, por meio da CDHU/Casa Paulista a participarem do Conselho Estadual de Habitação. Em seguida, traz a questão enfrentada com a DERSA quanto ao acesso à informações sobre as famílias a serem removidas, bem como pelo fato de não estar sendo considerado o papel do movimento popular no diálogo e atuação sobre a forma de atendimento e remoção das famílias afetadas pela construção do Rodoanel. Desta forma, solicita à SH/CDHU e ao CEH, que intervenha nesta situação, de modo que os movimentos sociais consigam atuar junto à DERSA, com suas propostas e questões das famílias atingidas. Outra questão levantada por Rosalvo Salgueiro é quanto ao conhecimento da localização dos empreendimentos das PPPs que serão reformados, uma vez que, 20% destas unidades habitacionais são voltadas aos movimentos sociais, sendo necessário realizar uma discussão entre as entidades que estão habilitadas e o Governo do Estado para tratar dos critérios que serão adotados para a destinação de tais unidades, entre as entidades cadastradas. Por fim, destaca a dificuldade vivenciada quanto às questões sobre os conjuntos habitacionais com a equipe de assistentes sociais da CDHU, principalmente a que vem atuando na Vila Silvia, e pede ajuda sobre tal questão à Companhia. Posteriormente, Antônio José de Araújo (SAM) faz uma síntese da situação da Conferência das Cidades, de modo a expor que o Governo Estadual teria até o dia 11 de outubro, para a publicação no Diário Oficial do Estado, convocando uma reunião para a criação de uma comissão preparatória da Conferência. Transcorrido tal prazo, no

mínimo três segmentos (do total de seis, entre eles empresários, movimentos populares, acadêmicos, poder público e outros), podem fazer a convocação até 30 de novembro. Como o Governo do Estado não fez a convocação, cinco segmentos juntaram-se para que o prazo não fosse perdido. O Governo possui agora o prazo de 31 de dezembro para se manifestar a favor da convocação. Em seguida, Eduardo Trani procura esclarecer as questões sobre a Conferência das Cidades, explicando que a convocação não compete diretamente à Secretaria da Habitação, porém o Secretário da Habitação vem sinalizando ao Governo, de forma a garantir sua participação na organização e que a convocatória seja feita até a data limite de 31 de dezembro de 2012. Na sequência, Lacir Ferreira Baldusco (SH) corrobora o exposto por Eduardo Trani, informando que o Secretário da Habitação acionou diretamente o Secretário do Planejamento, responsável por tal convocatória, para ressaltar a importância deste procedimento. Eduardo Trani destaca o procedimento de aprovação do PEH, remete às discussões passadas do Conselho e também da Câmara Técnica e entrega a versão final do PEH em CD aos integrantes da mesa. Em seguida, sinaliza a intenção de continuar as Câmaras Técnicas em 2013 com estudos mais detalhados, visando ao aprimoramento e alinhamento do mesmo com o Plano Anual. Aborda a questão exposta por José Roberto M. de Carvalho a respeito das informações sobre as entidades que foram atendidas pela parceria SH/Agência Paulista com o Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades e de que forma. Maria Claudia Pereira de Souza (CDHU) esclarece que tal parceria se deu no âmbito de gestão compartilhada de 1.773 UHs, além das que decorram do convênio entre CDHU e SH para o PMCMV- Entidades. Ficou acertado que a Secretaria Executiva solicitasse a relação das entidades atendidas à Casa Paulista, de modo a disponibilizar tal relação no site da SH. O próximo ponto abordado, as dúvidas levantadas por Rosalvo Salgueiro, quanto à elaboração dos critérios para atendimentos das Entidades de Moradores atingidos pelo RODOANEL. Glacy Maria Antonia Gonçalves (Gerente de Programa Associativos – CDHU) esclarece que tais critérios ainda não estão definidos e virão conforme elaboração da Casa Paulista. Rosalvo Salgueiro solicita que, no momento da definição de tais critérios as entidades possam participar da discussão prévia dos mesmos. Eduardo Trani sinaliza que encaminhará tal proposta à Casa Paulista, além de sintetizar os demais pleitos e questionamentos realizados no decorrer da 6ª Reunião do CEH. Passa a palavra, bem como, a abordagem do Rodoanel e as dificuldades nas tratativas com as assistentes sociais da CDHU na Vila Silvia, ao Diretor de Atendimento Habitacional da CDHU, Guaracy Fontes Monteiro Filho. Guaracy informa que já em Janeiro as reuniões serão intensificadas com a DERSA e com as famílias a serem retiradas, com indenização previamente acordada ou com a unidade habitacional que será fornecida pela CDHU. Sinaliza que ainda não foi concluído o critério de quais famílias serão ou não retiradas e que o trabalho de pós-ocupação das famílias compete à CDHU, enquanto a atuação no local compete à DERSA. Dado o caráter específico deste caso, em que as famílias ficarão dispersas pelo município com o auxílio do aluguel social, o Diretor aponta que será realizado um trabalho de acompanhamento diferenciado. Outro ponto abordado pelo Diretor explica que haverá também a disposição de cartas de crédito (com limite de R$ 115 mil reais) para algumas famílias, caso estas optem se direcionar a outros municípios. Por fim, Guaracy Fontes Monteiro Filho faz um convite aos movimentos para que estes participem mais nas reuniões que envolvem este processo com a DERSA, nos Trechos do

Rodoanel. O Conselheiro João Cláudio Robusti (SINDUSCON) pede a palavra, parabeniza o CEH e a Secretaria Executiva pelo trabalho e questiona se foi cumprida a quantidade de Reuniões do CEH estabelecidas para ano de 2012, visto que estavam previstas reuniões trimestrais e que neste ano ocorreram menos de quatro reuniões. Eduardo Trani coloca que não ocorreram as quatro reuniões devido ao período eleitoral que gerou dificuldade de organizá-las e que não havia uma agenda prévia solicitada para a urgência de assunto. João Cláudio Robusti esclarece que existem muitos assuntos a serem debatidos e aprofundados, não havendo tempo hábil para tal, devido ao pouco número de encontros. Sugere o envio dos informes e dos documentos a serem tratados na pauta das reuniões, com maior antecedência, de forma a possibilitar o estudo dos temas e subsidiar uma participação com mais conhecimento sobre as questões abordadas. Coloca a possibilidade do envio de dúvidas por parte dos Conselheiros via *e-mail* à Secretaria Executiva para eventuais esclarecimentos e que as perguntas e respostas sejam encaminhadas para todos os Conselheiros. Eduardo Trani em nome da Secretaria Executiva concorda com o pouco tempo para preparação e envio do material de apoio aos Conselheiros, sugere que estes façam uso do *e-mail* para apresentar as dúvidas e sugestões quanto ao conteúdo tratado e ressalta a necessidade de participação de todos para o bom funcionamento do CEH. Também será sugerido ao Secretário da Habitação que a próxima reunião tenha uma pauta elaborada a partir da solicitação dos Conselheiros, devendo cada entidade enviar suas prioridades para serem discutidas no Conselho. A Secretaria Executiva após elaborar um calendário, prévio, para o exercício de 2013, encaminhará a sugestão aos Conselheiros. Em seguida, passa a palavra para José Roberto M. de Carvalho (FECAP5) que relembra a questão da demora na análise de terrenos das entidades no âmbito do programa de gestão compartilhada por parte da CDHU. Glacy Maria Antônia Gonçalves esclarece que o processo de viabilização de terrenos é demorado e criterioso, muitos casos envolvem outras instâncias, tais como análises ambientais da CETESB, e muitas vezes, mesmo com todos os procedimentos realizados, a viabilização do terreno torna-se tardia. Ressalta que esse processo também ocorre no mercado imobiliário. Coloca a CDHU à disposição para uma discussão mais detalhada. Sonia Aparecida Teixeira (Associação Comunitária Nova Jerusalém), última Conselheira a se manifestar, solicita à CDHU que as reformas feitas nos conjuntos não se limitem ao telhado e à pintura, mas que sejam verificadas as instalações elétrica e hidráulica, pois estão gerando muitos problemas aos moradores. Guilherme Ribeiro (Chefe de Gabinete da Presidência da CDHU) solicita que a Conselheira encaminhe por escrito, à Secretaria Executiva, o nome dos empreendimentos para verificação. Eduardo Trani passa para o **6º item da Pauta**: o Decreto 58.469 de Outubro de 2012, elaborado a partir da Deliberação CEH 002, de 26 de abril de 2012, sobre as regras de flexibilização dos critérios estaduais do Programa Minha Casa Minha Vida em parceira com o Governo do Estado, elaborados conjuntamente no CEH. Parabeniza o CEH pela atuação em 2012; informa que a Secretaria Executiva compromete-se a encaminhar para os Conselheiros as apresentações realizadas nesta Reunião e a coletânea das Resoluções do Conselho Gestor do FPHIS publicadas neste exercício. Eduardo Trani agradece a atuação de todos os participantes do CEH em nome da SH e declara encerrada a sessão às 16h35.